

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NOS ASSENTAMENTOS RURAIS: UM ESTUDO NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Ana Paula da Silva Moraes¹

Edvânia Aparecida da Silva²

Luis Antonio Barone³

Resumo: Este artigo é parte de uma pesquisa realizada em dois Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema. Entendemos que, pela profundidade e relevância do tema, é de suma importância que pesquisas de gênero relacionadas aos grupos que compõem os assentamentos no país sejam cada vez mais presentes no universo acadêmico, a fim de contribuir para a compreensão da realidade destes novos espaços sociais, bem como influenciar a formulação de políticas específicas para a melhoria deles. O presente trabalho procura delinear o perfil das mulheres assentadas em dois projetos no município de Presidente Venceslau/SP. Nossa estratégia de pesquisa mesclou a observação participante, um levantamento amostral (base deste artigo) e entrevistas. Verificamos a permanência de significativas diferenças de gênero na distribuição de poder nos assentamentos, embora haja a tendência de diminuição das mesmas quando comparadas com outras pesquisas.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais; Reforma Agrária; Relações de Gênero.

Abstract: *This article is a section of a survey conducted in two rural settlements in Pontal do Paranapanema region. In view of the extent and importance of the topic, we understand that there is a pressing need for more research addressing questions of gender within the existing body of*

¹Estudante de Graduação em Geografia (FCT/UNESP); bolsista CNPq.

²Graduada em Pedagogia (FCT/UNESP).

³Sociólogo, Professor Doutor do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente da FCT/UNESP.

research engaged with rural settlement issues throughout the country, endeavoring their implementation into academic world in order to contribute to a better understanding of the social realities of these new spaces as well as influencing the policy formulation towards gender issues, with the purpose to improve their performance. This paper seeks to outline the skills and competencies of settled women in two projects in President Venceslau town (SP). We used a combination of research methods including participant observation, opinions from a sample of respondents (the focus of this article), and interviews. We found significant gender differences that were clear in the distribution of power in the settlements, although, there is a tendency to reduce these differences when compared to other researches.

Keywords: *Rural Settlements; Agrarian Reform; Gender Relations.*

Introdução

Este artigo é parte de uma pesquisa realizada em dois Assentamentos Rurais de Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema (oeste do Estado de São Paulo), cujos objetivos são discutir a inserção desses novos espaços sociais no contexto regional, dando ênfase ao conjunto de relações sociais que se formam a partir da implantação dos assentamentos. Busca-se, nestas investigações, elucidar tais relações a partir da noção de "trama de tensões" (FERRANTE, BARONE e KURANAGA, 2006). A partir de uma longa experiência de investigação e reflexão desenvolvida pelas equipes do NUPEDOR e GEPEP⁴, objetiva-se, em pesquisas mais recentes, compreender a participação das mulheres nos diversos processos organizativos e culturais no interior dos assentamentos⁵. Neste trabalho buscaremos, de forma detalhada, apresentar a situação das mulheres em dois

⁴Nupedor – Núcleo de pesquisa e Documentação Rural: grupo de pesquisa vinculado ao Centro Universitário de Araraquara (Uniara), coordena investigações, desde os anos 1980, acerca do desenvolvimento das experiências de assentamentos no Estado de São Paulo; o GEPEP (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Popular) é um grupo de pesquisa da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente e aruá em parceria com o NUPEDOR desde 2004.

⁵As pesquisas a que se refere este artigo estão todas articuladas a dois projetos desenvolvidos com auxílio do CNPq: Poder local e assentamentos: expressões de conflito, resistência e acomodação (PIBIC/CNPq) e "Os Assentamentos rurais sob a perspectiva de gênero: divisão social do trabalho e políticas públicas em análise" (CNPq - 2010-2013).

assentamentos rurais da região do Pontal do Paranapanema (Assentamentos Primavera e Tupãciretan, localizados no município de Presidente Venceslau/SP), dando ênfase aos aspectos da titulação e gestão produtiva dos lotes. Para apuração dessa realidade empírica, mesclamos técnicas como a observação participante, um levantamento amostral (base deste artigo)⁶ e entrevistas. Apresentaremos, a seguir, uma breve descrição do histórico de conflitos e da reforma agrária no Pontal do Paranapanema e a origem dos assentamentos estudados. A seguir, apresentaremos uma leitura crítica de uma bibliografia que trata especialmente da questão de gênero no contexto do campo e da participação da mulher na sociedade. Analisaremos, a partir dos dados empíricos levantados, a questão da titularidade efetiva dos lotes pelas mulheres (dado que servirá para um exercício comparativo com outras pesquisas) e o papel da mulher nas atividades laborais no interior do assentamento – notadamente o trabalho para a produção de autoconsumo, invisível e fortemente identificado com as mulheres. Observamos que, embora a mulher tenha conquistado mais consciência cidadã – sobretudo a partir da etapa de "luta pela terra" – uma postura crítica das assentadas em relação aos papéis tradicionais de gênero ainda não se verifica. Por outro lado, mesmo que de forma tímida, a ação governamental tem aberto alguns espaços para um maior protagonismo das mulheres nos assentamentos de reforma agrária.

Contextualizando: a questão agrária no Pontal do Paranapanema e os assentamentos estudados

Resgatando o contexto histórico de formação dos Assentamentos localizados na região do Pontal, desde o processo de *grilagem* das terras até a implantação dos assentamentos, verificamos uma trajetória de conflitos e irregularidades na posse da terra (LEITE, 1998).

O Pontal do Paranapanema, região localizada no oeste do Estado de São Paulo, é parte integrante da chamada região da Alta Sorocabana, palco de constantes conflitos pela terra. A região é formada por grandes latifúndios grilados.

⁶Foram aplicados, em 2009, 35 questionários, 23 no P.A. Primavera e 12 no P.A. Tupãciretan. Este levantamento não teve uma amostra estatisticamente construída, mas procurou dar conta da diversidade de situações reconhecidas pela pesquisa qualitativa. Lançamos mão, também, de informações recolhidas no banco de dados do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Popular – GEPEP – FCT/UNESP.

A *grilagem* era um processo de apropriação de terras por meio de falsificação de documentos, este recurso que teve início a partir do final do século XIX.

A partir de 1920 vão sendo criados os municípios, então do desmembramento do extenso território de Presidente Prudente. A falta de uma legislação de terras que vigorasse no país aumentou ainda mais a problemática fundiária. A declaração de posse de terras dava-se por meio de registros feitos em paróquias, era chamado "Registro Paroquial" ou "Registro do Vigário". Quando o interessado requeria a posse da terra em juízo, as autoridades apuravam a veracidade das informações do requerimento como as benfeitorias, divisas, roças ou criações existentes e depoimento de testemunhas. Com o surgimento da Lei de Terras (1850), esse tipo de posse não é mais válido. As terras que não foram legitimadas até 1850, seriam tidas como terras devolutas, ou seja, terras pertencentes ao Estado.

Propriedades eram adquiridas, porém não ocupadas, esperando a valorização das terras, houve muitos conflitos entre os próprios grileiros formando um campo de batalhas com jagunços dos dois lados. Pequenos ocupantes eram expulsos pelos grandes grileiros.

A conturbada ocupação do Pontal do Paranapanema, um território de terras do Estado e ocupado irregularmente, falsificado os seus títulos de maneira criminosa e que se permanece até os dias atuais. As terras são declaradas devolutas, daí o grande conflito fundiário envolvendo os grandes fazendeiros/grileiros e os trabalhadores sem terras.

No Pontal do Paranapanema contabiliza-se mais de 100 assentamentos rurais, a maior parte deles implantados na década de 1990. Nesse quadro de conflitos surgem os assentamentos Primavera (125 lotes) e Tupãnciretan (73 lotes), ambos frutos da luta paralela de dois movimentos sociais: a Associação Brasileiros Unidos Querendo Terra – ABUQT e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (LIRA, 2007). Estes assentamentos, sob responsabilidade do governo estadual (Fundação Itesp), foram implantados entre os anos 1996 e 1997.

A questão de gênero nos assentamentos rurais – o que dizem os especialistas

Melo e Sabbato (2008) propõem analisar o processo da luta pela terra "sob o prisma de gênero" e analisar a vida da mulheres rurais e o direito à propriedade. Segundo as autoras, a Constituição de 1988 prevê direitos iguais para homens e mulheres. Com relação à titulação da terra, a mulher passa a ter o direito à propriedade em seu nome, independente do estado civil (p. 157). As famílias estão se transformando, as mulheres assumem a gerencia de suas famílias e passam

a incorporar ao papel tradicional que desempenham outras atribuições, como o trabalho fora de casa.

Em pesquisa realizada por Melo e Sabato (2008), diagnosticou-se uma masculinização do mundo rural, provocada em parte pelo êxodo das mulheres jovens, no geral para os centros urbanos. O fato se deve ao fato dos filhos do sexo masculino terem maior participação no campo e serem os mais indicados para a sucessão da terra. A investigação dos autores supra abrangeu mais de 5 mil pessoas em assentamentos espalhados por distintas regiões do país. Comprovou-se que 42,2% eram mulheres e 57,8% homens. Quanto a titulação, 14,1% dos lotes estavam em nome das mulheres e 85,9% eram os homens os titulares (MELO, SABATO, 2008, p. 160).

Brumer (2005) explica que imigração seletiva por idade e sexo decorre da modernização da agricultura, que aumentou a produtividade da terra como a do trabalhador, diminuindo o número de empregos na agricultura.

Outro dado que comprova a não asseguridade das necessidades específicas das mulheres envolvidas na reforma agrária são as pautas de reivindicações da Marcha das Margaridas de 10/08/00:

"Temos 2000 razões para marchar contra a fome, pobreza e violência sexista, pois dentre a população mais pobre, somos as que mais sofremos a privação das necessidades básicas à vida. De 1964 a 1996, de todos os benefícios com a Reforma Agrária, apenas 12,6% eram para mulheres; de todos os beneficiados com o Pronaf – Programa Nacional de Assistência às famílias, apenas 7% eram mulheres; e 81% das trabalhadoras em atividades agrícolas não receberam nenhum rendimento em 1998". (Pauta de Reivindicações da Marcha das Margaridas – Brasília – 10/08/2000 in: MELO, SABBATO, 2008, p. 157).

Os dados anunciados nesta pauta de reivindicações e aqueles apresentados na pesquisa nos revelam que mesmo sendo assegurados em lei muitos direitos das mulheres não são efetivados na prática.

A Portaria n.º 981 de 2003 do INCRA (MELO, SABBATO, 2008, p. 179) regulamenta a *titularidade conjunta e obrigatória da terra* para as pessoas casadas ou em união estável; em caso de separação, a terra ficará para a mulher se ela mantiver a guarda dos filhos. Esta é uma dentre as políticas de ações afirmativas que vêm contribuir para uma mudança das relações entre os sexos.

As diferentes perspectivas de pesquisas no meio rural podem revelar os

avanços socioeconômicos, as formas de organização dos assentamentos e os acordos estabelecidos no interior dos lotes, sendo estes, talvez, os de maior impacto nas vidas existentes no meio rural (MEDEIROS, 2008):

[...] algumas luzes sobre as relações de gênero nos assentamentos [...] permitem uma consistente problematização sobre a invisibilidade do trabalho feminino no mundo rural e sua continuidade em áreas em que a luta tornou possível o acesso à terra. (p. 09)

A invisibilidade do trabalho feminino, tema caro das reflexões sobre o rural, está restrita ao trabalho desempenhado pela mulher no interior do lote: tanto na esfera do domicílio, o cuidado da casa, dos filhos, da horta e a "ajuda" prestada ao marido. O desprestígio do trabalho feminino é interpretado por alguns autores pelo fato de ser este um trabalho reprodutivo. É um trabalho repetitivo, feito à mesma maneira todos os dias sem nunca chegar ao produto final da tarefa. Ao contrário do trabalho produtivo realizado pelo homem, cuja etapa final produzirá algum rendimento que garantirá a prosperidade da família.

No entanto, esta invisibilidade do trabalho da mulher não se configura como tal nas etapas que antecedem o assentamento, ou seja, nos períodos de acampamento ou em momentos em que é necessária alguma mobilização, a mulher tem um papel a ser desempenhado e a sua ação torna-se estratégica (ABRAMOVAY, RUA, 2000). Ela vai à luta reivindicando pautas para o coletivo, mas sistematicamente são pautas que priorizam as atividades desempenhadas pelos homens. E as necessidades específicas do universo feminino são silenciadas. MEDEIROS (2008) faz uma referência a uma *espécie de trabalho político* desempenhado pelas mulheres:

[...] relatando eventos como marchas, acampamentos e ocupações [...] a literatura tem apontado, [...] algumas diferenças sobre o lugar das mulheres, enquanto componente de determinadas estratégias desenhadas para as mobilizações: em que circunstâncias vão à frente, como uma espécie de símbolos das famílias; em que momentos ficam em casa com as crianças e os homens assumem as iniciativas. (p.10)

Esta anulação da mulher na esfera doméstica ou a manipulação de sua participação na esfera pública são produtos da dominação masculina, que muitas vezes, de tão naturalizada tornou-se imperceptível para ambos os sexos. Ao

analisar a maneira como se dá a participação da mulher em momentos distintos de mobilização, durante os períodos de ocupação parece haver uma reestruturação da maneira de participação. Todas as decisões são tomadas no coletivo, as mulheres participam mais das reuniões. Nestes momentos parece haver uma democratização das decisões, a distribuição das tarefas não fica limitada ao sexo (VALENCIANO, 2005; MEDEIROS, 2008).

Mas ao regressar para a vida diária ou no estágio posterior ao acampamento, relações que pareciam estar superadas voltam a reinar. E a mudança não ocorre somente nas relações de gênero, mas também em outras esferas conforme ressalta Medeiros (2008):

[...] a experiência da luta e a constituição dos trabalhadores do campo em "sem-terra", com todas as implicações da construção de uma nova identidade política, não necessariamente implica em rompimento com as formas de dominação anteriormente vigentes no interior da família. Se elas parecem estar "suspensas" em momentos críticos, relações de poder anteriores se reavivam e se refazem na volta ao cotidiano. [...] isso se verifica não só no que se refere às relações de gênero, mas também em relação à vida política, à vida associativa, às formas de organização produtiva. (p. 11)

É importante pensarmos na transformação das relações de dominação presentes no cotidiano. É um trabalho lento e que necessita de mediações. Aqui, as organizações são importantes nesta transição de apresentar para homens e mulheres novas formas de vivência que não estejam arraigadas na dominação do homem sobre sua família.

A participação da mulher nos momentos de mobilização, ainda que em estágio posterior ao acampamento possa retroceder e ela voltar a viver no círculo fechado do lote, já lhe permite a percepção de um sujeito que tem direitos, transformando a postura destas mulheres na esfera pública e também no seu dia-a-dia. Nas décadas de 1930 e 1940 emergiram reivindicações do movimento feminista que posteriormente foram incorporadas àquelas defendidas pelos movimentos sociais. O direito da titulação à terra, aposentadoria, inserção nos programas de ações afirmativas e salário-maternidade (MEDEIROS, 2008) são algumas das lutas recentes das mulheres rurais.

Muito embora reconhecidos na lei, muitos direitos não são garantidos pelos órgãos públicos mediadores, e se faz necessário refletir sobre a repercussão

destas mudanças na maneira de viver destas famílias, daí a importância da mudança ocorrer cotidianamente. Um exemplo destas mudanças são os padrões de comportamento inseridos no campo através das mulheres.

Pesquisar relações de gênero no meio rural, sobretudo no contexto da reforma agrária possibilita conhecer a realidade dos assentamentos não unicamente sob enfoque socioeconômico, mas também das relações estabelecidas no cotidiano destes assentamentos que além de moldar as vidas existentes no local também repercutem na esfera pública⁷. Ao pesquisar a estrutura organizativa de um assentamento, vem à tona a opressão de alguns sujeitos ali inseridos como as mulheres e os jovens, exigindo dos órgãos públicos a criação de políticas públicas que assegurem a emancipação de todos estes sujeitos. Significa evidenciar a participação das mulheres nesta luta pelo direito à terra. Elucidar o papel da mulher nos dias atuais, exige a superação daqueles que se configuram historicamente, qual seja o de procriar e cuidar da família, acrescentando a estes, outros papéis que a mulher vem assumindo e outros espaços que vem conquistando que não aqueles da esfera doméstica.

Ao engajar-se no movimento de luta pela terra, os motivos e as perspectivas seriam os mesmos para homens, mulheres e jovens? Ou alguns destes "atores" seriam sufocados e silenciados quanto às suas projeções diante do novo mundo que se inicia?

[...] silenciar alguns de seus atores e as diferentes perspectivas com que se engajam nas lutas. É o caso da presença das mulheres, muitas vezes somente evidenciada quando elas ganham destaque como lideranças. (MEDEIROS, 2008, p. 10)

O destaque da mulher no momento posterior ao acampamento, ou seja, a vida política que irá desempenhar já na condição de assentada está ligada ao seu histórico. De maneira que fica fácil delinear o perfil das lideranças nos assentamentos. São mulheres que desde jovens já participavam de algum grupo ou movimento social, com mais ou menos destaque, mas estavam ali, construindo cotidianamente o seu papel político.

⁷Vide o projeto de pesquisa mais recente do Nupedor: "Os assentamentos rurais sob a perspectiva de gênero: divisão social do trabalho e políticas públicas em análise" (CNPq - 2010/2013).

As mulheres têm um agravante que em algum momento de suas vidas irá afastá-las da vida pública. Com a chegada dos filhos e durante o primeiro ano de vida das crianças fica difícil para as mulheres participarem das reuniões de seus partidos políticos, sindicatos ou movimentos de que façam parte. Não se trata necessariamente de classificar as crianças como um empecilho, mas da exigência em cima da mulher-mãe que o tempo todo é cobrada a desempenhar o seu papel.

No entanto, o fato de ter participado do momento de uma ocupação, já possibilita a estas mulheres uma visão mais ampla da realidade. Elas se sentem como parte deste processo que assegurou a conquista do lote, a garantia da estabilidade da família e são conscientes de que para conseguir algo é preciso lutar. O sentido desta luta é o de manter a união entre todos os sujeitos (FERRANTE, DUVAL, 2009).

TURATTI (2005), em pesquisa realizada em acampamentos, constata uma atmosfera machista ainda reinante em acampamentos e assentamentos. Outro apontamento é que as mulheres participam menos das atividades de militância, embora compareçam em massa na caminhadas e marchas, sendo que elas tecem mais críticas e estimulam aos maridos a militarem.

No meio rural ainda permanece um ideário de família nuclear, com papéis bem divididos entre os membros e tendo no homem o "chefe da família". Mudanças vêm ocorrendo e as mulheres parecem mais participativas nas tomadas de decisões. A expressão dessas mudanças é o fato das mulheres estarem participando da gestão do lote. E este interesse pelo lote, deve-se ao fato da titulação do mesmo sair no nome do casal. No entanto, apesar do discurso de que a mulher também toma as decisões, quem toma a iniciativa e acaba por decidir tudo é o homem.

*Como apontado no estudo sobre o Pontal do Paranapanema [...] um discurso que pode estar escamoteado [...] é a declaração recorrente de que "ambos decidem tudo", "ambos trabalham", "ambos discutem". Mas a palavra final muitas vezes é só dos homens. [...] o uso do termo "ambos" **interpretado** como uma primeira sinalização de uma mudança no tradicional comportamento masculino, agora admitindo uma parceria, mas não como uma mudança efetiva de práticas sociais arraigadas. (MEDEIROS, 2008, p. 14)*

Em uma pesquisa realizada em assentamentos localizados no Pontal do

Paranapanema (MELO, CAPPELLIN, CASTRO, 2008), as autoras falam da preocupação em individualizar a contribuição das mulheres para o desenvolvimento econômico dos lotes, sendo necessário traçar um novo perfil da agricultura familiar. A contribuição da análise de gênero está no sentido de olhar para a família rural não mais como um conjunto homogêneo, tornando a participação da mulher notória em todas as esferas, seja nas atividades domésticas, seja nas atividades públicas e produtivas.

Sobre a necessidade de dar mais visibilidade ao trabalho feminino nos lotes, seja nos espaços privados ou nos espaços de decisão, as autoras defendem que:

[...] o desconhecimento da especificidade da contribuição das mulheres leva a aumentar a subestimação das práticas por elas exercidas no espaço familiar e no produtivo, acentuando a idéia do subemprego das mulheres (MELO, CAPPELLIN, CASTRO, 2008).

Desta forma, segundo as autoras, a mulher deixa de ser indivíduo que somente se beneficia, mas passa a ser responsável pelas tomadas de decisões no interior dos assentamentos, junto com os homens.

Ao que nos parece, a definição de novas relações no período de acampamento é por ser este um espaço recente e transitório. Homens e mulheres começaram a acampar há menos de três décadas, exigindo uma outra concepção de mulher, homem e criança. Por ser um espaço transitório, o homem não sente ter propriedade sobre a terra, por tanto, não tem propriedade sobre a mulher e sobre os filhos.

No instante em que se consegue a terra e esta terra vai para o nome do homem, demarcou-se o lote, tudo que há dentro dele passa a ser de propriedade do homem e, valores cristalizados historicamente voltam a reinar. Até os espaços de convivência voltam a ser espaços sexuados: mulheres, homens e jovens têm seus espaços de convivência demarcados pelo sexo e pela idade (ESMERALDO, 2008).

As mulheres têm consciência dessa diferenciação entre o momento de assentado e de ocupado, reconhecem que no período pré-assentamento participam muito mais de reuniões, assembléias, de espaços de decisões. Na vida de assentado cada família precisa se preocupar com a produção do seu lote, cada família se fecha em sua propriedade. E até os espaços de convivência voltam a ser espaços sexuados: mulheres, homens e jovens têm seus espaços de convivência demarcados pelo sexo e pela idade.

O espaço dos homens é o da esfera pública, o bar, o futebol, reuniões de sindicatos e associações e a comercialização da produção do lote, é também "incumbência" do ser masculino. O espaço das mulheres é o espaço do lote e o da esfera doméstica, qual seja, cuidado da casa, da horta, das crianças. O espaço de convivência entre os gêneros é o espaço produtivo, mas aqui a mulher tem um papel subalterno, porque é uma ajuda que está prestando ao marido, afinal suas obrigações estão dentro de casa⁸.

Não é comum as mulheres demonstrarem ter consciência da repressão de gênero que estão submetidas. Vêm a organização da esfera doméstica como algo naturalizado, ainda que se queixem do excesso de trabalho. E aquelas que participam mais da vida pública não compreendem o processo que possibilitou a chegada delas ao nível em que se encontram e acreditam que a decisão de participar ou não dos espaços públicos esta atrelada a opção pessoal e não às limitações de gênero (GARCIA, 2004). Mas existe também a denúncia das próprias assentadas de que o casamento é condição de impedimento para a mulher que deseja participar da vida política do assentamento.

GONÇALVES (2005) ressalta a morosidade das mudanças na questão das beneficiárias da reforma agrária, ainda que, pela Constituição, homens e mulheres não possam ser diferenciados no sistema de pontuação, independentemente do seu estado civil, nos termos e condições previstos em lei. A autora ainda destaca a importância de programas como PRONAF – mulher, sendo esta uma linha inovadora de oferecimento de créditos "às atividades econômicas exercidas por mulheres". Mas evidencia o fato desses créditos destinados às mulheres determinarem, de forma muito estreita, em quais áreas podem ser aplicados os recursos, gerando incompatibilidades com as demandas concretas dessas mulheres; tal direcionamento da área de atuação, na prática, reforçaria a divisão sexual das tarefas, na medida em que são sugeridas (hortaliças, produção de pães etc). Há sérias críticas ao Pronaf Mulher no sentido de ser expressão de uma política que não deixa de ser discriminatória. Ou seja: o machismo não está só no rural, mas decorre historicamente do sistema dominante – o patriarcado.

A posição da mulher nos P.As. Primavera e Tupãciretan

Os questionários aplicados nos P.As. Primavera e Tupãciretan, ambos

⁸Vide o projeto "Os assentamentos rurais sob a perspectiva de gênero: divisão social do trabalho e políticas públicas em análise" (CNPq - 2010/2013).

localizados no município de Presidente Venceslau/SP, são parte de um projeto maior realizado também na região de Araraquara/SP pelo NUPEDOR⁹. Esta pesquisa foi realizada com propósito de levantar a produção econômica entre os Assentamentos localizados na região de Araraquara, Presidente Venceslau e Rosana. Os dados aqui apresentados foram aqueles colhidos nos P.As. Primavera e Tupãciretan, por serem estes dois assentamentos o foco da pesquisa realizada sobre as relações de gênero nos assentamentos rurais.

As primeiras tabelas (1 e 2) trazem a distribuição etária dos sexos nos assentamentos Primavera e Tupãciretan¹⁰.

Tabela 1 – Distribuição por sexo – Assentamento Primavera.

Idade (anos)	Homens	Mulheres
0-14	48	33
15-24	45	23
25-34	16	17
35-44	25	26
45-54	05	31
55-64	22	20
65 ou mais	12	06
Total	173	156

Fonte: Trabalho de Campo, 2006.

⁹Projeto "Assentamentos Rurais e Desenvolvimento: tensões e acomodação na política de Reforma Agrária" (CNPQ).

¹⁰Estes dados levantados em uma pesquisa de campo realizada no ano de 2006 tinham o propósito de averiguar a demanda escolar do assentamento Primavera que recebe estudantes do ciclo I do ensino fundamental, inclusive de outros assentamentos arredores. Na ocasião, aproveitou-se para levantar a demografia por sexo da comunidade.

Tabela 2 – Distribuição por sexo – Assentamento Tupãciretan.

Idade (anos)	Homens	Mulheres
0-14	34	28
15-24	27	12
25-34	10	13
35-44	20	19
45-54	22	14
55-64	13	08
65 ou mais	10	07
Total	136	101

Fonte: Trabalho de Campo, 2006.

A distribuição por sexo aponta para a hipótese da "masculinização do rural" (MELO e SABBATO, 2008), embora tenhamos muita proximidade entre os grupos, sobretudo nas faixas etárias de jovens e adultos até 45 anos.

Através dos questionários, buscamos levantar o número de mulheres titulares dos lotes; o trabalho das mulheres rurais dentro e fora dos seus lotes e informações sobre a mão-de-obra nas culturas de subsistência. Foram consideradas na pesquisa, as mulheres que têm faixa etária superior a 16 anos¹¹.

As tabelas a seguir (3 e 4) mostram os dados referentes aos questionários aplicados nos assentamentos em 2009, na dimensão titularidade do lote.

Tabela 3 – P.A. Primavera – titularidade.

Mulheres titulares (sem cônjuge)	04 – 17,5%
Mulheres titulares (com cônjuge)	06 – 26%
Homens titulares	13 – 56,5%
Total	23 – 100%

Fonte: Trabalho de Campo, 2009.

¹¹No P.A. Primavera tem-se 125 famílias assentadas e foram aplicados 23 questionários; o P.A. Tupãciretan totaliza 73 famílias assentadas e foram aplicados 12 questionários.

Tabela 4 – P.A. Tupãciretan – titularidade.

Mulheres titulares (sem cônjuge)	01 – 8,5%
Mulheres titulares (com cônjuge)	02 – 16,5 %
Homens titulares	09 – 75%
Total	12 – 100%

Fonte: Trabalho de Campo, 2009.

Dos 23 lotes visitados no P.A. Primavera, 56,5% são de homens titulares. Dentre as mulheres, 10 são titulares de lote (44%), sendo que em 17,5%, as mulheres são titulares e não têm companheiro -são responsáveis efetivas pelo lote e o sustento da família. No Tupãciretan, o percentual de mulheres titulares é menor (25%), sendo que as mulheres titulares sem cônjuge somam apenas 8,5% da amostra.

Outro objetivo da pesquisa foi avaliar a importância do trabalho feminino, sobretudo no quesito autoconsumo, uma forma de produção invisível nos assentamentos. Temos, nas tabelas 5 e 6, o retrato da participação dos membros das famílias no trabalho para o autoconsumo:

Tabela 5 – Responsáveis pela cultura de subsistência – Primavera.

Mulheres (esposas e filhas)	08 – 35%
Homens (maridos e filhos)	03 – 13%
Toda a Família	10 – 43,5%
Famílias que não cultivam para a subsistência	02 – 8,5%
Total	23 – 100%

Fonte: Trabalho de Campo 2009.

Conforme apontado na pesquisa realizada, o P.A. Primavera, em 35% dos casos, as mulheres (esposas e filhas) são responsáveis pela produção de autoconsumo no lote. Estes dados contêm o percentual de mulheres que são titulares e sem companheiros (17,5%), portanto responsáveis pela cultura de

subsistência e também a produção comercial.

A produção para a subsistência ou autoconsumo é garantida pela participação da mulher, mesmo quando envolve toda a família. No total, aparecem 10 famílias nas quais os vários membros são responsáveis pela produção para o autoconsumo. Nesses casos, os filhos contribuem e pessoas mais velhas que moram no lote também.

A seguir (Tabela 6), os dados do assentamento Tupãciretan no tocante à subsistência/autoconsumo:

Tabela 6 – Responsáveis pela cultura de subsistência – Tupãciretan.

Mulheres	05 – 41,5%
Homens	04 – 34%
Famílias	02 – 16%
Famílias que não cultivam para a subsistência	01 – 8,5%
Total	12 – 100%

Fonte: Trabalho de Campo 2009.

Quanto à cultura de subsistência no P.A. Tupãciretan, a mulher também aparece como a principal responsável, embora exista uma participação significativa dos homens na produção para o autoconsumo (41% mulheres X 34% homens, ou um caso a mais de mulheres cuidando do autoconsumo). Nos lotes em que há a participação de toda a família na produção, também há uma divisão das tarefas entre os cônjuges.

Há uma divisão de quem fica responsável pelo quê, mas existe a participação de todos, ainda que em caráter de ajuda. A divisão de tarefas pode ser feita entre os cônjuges, o homem ficando responsável pelo cuidado das raízes, grãos e do trato dos animais e a mulher do pomar e hortaliças. É muito comum no meio rural haver uma divisão dos trabalhos considerados leves e do trabalho considerado pesado (PAULILO apud MELO, CAPPELIN E, CASTRO, 2008): as mulheres seriam "resguardadas" da execução dos trabalhos considerados pesados, ficando este sob responsabilidade dos homens da casa. Então, quando o trabalho envolve o manejo de animais, extração de raízes ou a própria capina as mulheres, às vezes, são "poupadas". Mas há casos, em que é a mulher que

garante a presença de hortaliças, grãos, raízes e frutas na mesa de toda a família e, ainda, responsabiliza-se pelo manejo das criações.

Os próprios assentados (as) e alegam que aquilo que plantam exclusivamente para consumir tem pouca representatividade, ou seja, quase tudo que a família consome provém do mercado. Há famílias que nada cultivam nos seus lotes que seja destinado para o próprio sustento. No entanto, não descartamos a hipótese de que o desprezo manifestado pela importância do autoconsumo acaba por se confundir com a invisibilidade do trabalho feminino nos assentamentos.

Conclusão

Pesquisar as relações de gênero no meio rural, sobretudo no contexto da reforma agrária, proporciona um olhar mais apurado sobre o processo de constituição de um novo modo de vida, no qual se (re)configuram os papéis de gênero. As relações entre homens e mulheres, sobre as quais nos debruçamos aqui, analisando os recortes específicos de gestão dos lotes, além de estruturar as vidas existentes com referência ao trabalho e à produção agropecuária, também se estendem à produção da intimidade e da configuração de papéis sociais. Cabe um sinal de alerta: Ao estudar relações de Gênero na Zona Rural: precisa tomar cuidado para não atribuir ao Rural, características que são sistemáticas que ocorrem por toda a parte. Na tentativa de compreender o papel da mulher de hoje, superando aqueles legados historicamente pela sociedade patriarcal de origem colonial, encontramos a situação paradoxal das mulheres assentadas rurais, cuja contribuição à luta social garantiu o acesso à terra, mas que ainda sofrem para romper com o controle patriarcal nesses novos espaços sociais que são os assentamentos rurais.

É notória a importância do trabalho produtivo realizado pelas mulheres, sobretudo o referente à produção para auto-consumo – verificamos que é o trabalho feminino que assegura a alimentação da família. É perturbador, no entanto, a desvalorização da cultura de subsistência, algo central no modo de vida do agricultor familiar e que deve ser devidamente valorizado. Dentre as pessoas entrevistadas, foi quase unânime a afirmação de que o plantio para o consumo é uma "perda de tempo". Pode-se verificar como o trabalho quase que exclusivamente feminino, mais uma vez, é tido como sem importância, reforçando a invisibilidade do trabalho realizado pela mulher.

Com relação à titularidade dos lotes, o percentual de mulheres titulares no universo pesquisado é tímido, comparando-se ao referente à titulação dos homens. No entanto, quando comparamos os dados da pesquisa realizada nos

Assentamentos Primavera e Tupãnciretan com os dados da pesquisa realizada pelos autores MELO e SABATTO (2008) temos que o número de titulações de mulheres aqui na região é mais significativo do que nas regiões pesquisadas pelos autores¹². Do universo pesquisado 36% das mulheres eram titulares e os homens ficavam com 64% dos lotes registrados em seus nomes. Nos dados apresentados por MELO e SABATTO (2008) quanto à titulação, 14,1% dos lotes estavam em nome das mulheres e 85,9% eram os homens os titulares.

A comparação destes dados reforça a importância das ações afirmativas e do papel de órgãos mediadores na busca pelo "empoderamento" das mulheres, contribuindo para o aumento da auto-estima e a diminuição das disparidades de direitos reservados a homens e mulheres nas relações do cotidiano.

Referências

ABRAMOVAY, M.; RUA, M.G. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas”** – as relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília, Ed. UNESCO, 2000.

BRUMMER, A. As dimensões gênero e idade em assentamentos de reforma agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B.; ALY JR., O. (Orgs.) **Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo/Araraquara: INCRA/Uniará, 2005.

CASTRO, E. G. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais – Gênero, juventude e o cotidiano dos assentamentos rurais. In: **Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Ferrante, Vera Lúcia Silveira Botta; Whitaker, Dulce Consuelo Andreatta; Fernandes, Bernardo Mançano. Brasília: MDA; São Paulo: Uniará, 2008

¹²Do universo pesquisado 36% das mulheres eram titulares e os homens ficavam com 64% dos lotes registrados em seus nomes. Nos dados apresentados por MELO e SABATTO (2008) quanto à titulação, 14,1% dos lotes estavam em nome das mulheres e 85,9% eram os homens os titulares.

ESMERALDO, G. G. S. L. Ruídos com Marcas de Transgressões Ancoradas em Mulheres Assentadas. In: **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Orgs). Brasília: MDA, 2008. 240p.; Nead Debate; 14.

FERRANTE, V.L.S.; BARONE, L.A.; KURANAGA, A. Reforma agraria e “desenvolvimento como liberdade”: uma nova visão sobre os assentamentos rurais do Estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**, n. 10. Araraquara, INCRA/Uniará, 2006.

FERRANTE, V.L.S.B.; DUVAL, H.C. Vozes e ações das mulheres na trajetória dos assentamentos rurais. **Retratos de Assentamentos**, n. 12. Araraquara, INCRA/Uniará, 2009.

GARCIA, M. F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. Tese. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

LEITE, J. F. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.

LIRA, T. dos S. Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência – Juventude dos P.A. í Primavera e Tupãciretan. 2007. 55 P. Relatório I. C. CNPq/PIBIC. Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP. Presidente Prudente.

LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Orgs.). **Mulheres na reforma: agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. 240p.; Nead Debate; 14.

MEDEIROS, L. S. de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Orgs). Brasília: MDA, 2008. 240p.; Nead Debate; 14.

MELO, H. P.; CAPPELIN, P.; CASTRO E. G. Agricultura Familiar nos Assentamentos Rurais: nas relações entre as mulheres e os homens O Caso

do Pontal de Paranapanema. In: **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Orgs). Brasília: MDA, 2008. 240p.; Nead Debate; 14.

MELO, H. P. de; SABBATO, A. Di. Um Olhar de Gênero nos Assentamentos da Reforma Agrária. In: **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Orgs). Brasília: MDA, 2008. 240p.; Nead Debate; 14.

VALENCIANO, R. C. **A Participação da Mulher na Luta pela Terra: Discutindo Relações de Classe e Gênero**. Dissertação – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

